



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### Portugal, território de territórios

---

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

---

#### **JUVENTUDE E MUNDO DO TRABALHO: CONFIGURAÇÕES DA PRECARIIDADE**

---

PALOS, Ana Cristina

Doutorada em Sociologia da Educação, Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc;  
[ana.cp.palos@uac.pt](mailto:ana.cp.palos@uac.pt);

---

DIOGO, Fernando;

Doutorado em Sociologia, Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc;  
[fernando.ja.diogo@uac.pt](mailto:fernando.ja.diogo@uac.pt);

---

SILVA, Osvaldo;

Doutorado em Matemática – Probabilidade e Estatística, Universidade dos Açores,  
CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc; [osvaldo.dl.silva@uac.pt](mailto:osvaldo.dl.silva@uac.pt).

---



### Resumo

Nas sociedades atuais a flexibilização das condições de emprego e a liberalização das relações contratuais têm sido perspetivadas como condições indispensáveis para o crescimento económico. Neste contexto, temos assistido à generalização da precarização do trabalho e à individualização das relações laborais, o que tem inevitavelmente acantonado os jovens em mercados de trabalho caracterizados por empregos precários, salários baixos e escassas oportunidades de construção de percursos profissionais estáveis. A desocultação empírica da incidência e dos contornos desta precariedade laboral juvenil, no contexto do arquipélago dos Açores, foi um dos objetivos que orientou o projeto “juventude açoriana e mundo do trabalho” desenvolvido, no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores, junto de jovens (15 a 34 anos) com experiências laborais (467 jovens). O tipo de contrato de trabalho e a duração do emprego são alguns dos indicadores disponíveis para definir a precariedade, bem como a descontinuidade do emprego, o rendimento auferido e o acesso a proteção social. A análise do comportamento destes indicadores na amostra em estudo permite perceber que a precariedade é uma passagem obrigatória nos processos de inserção profissional de muitos jovens e a insegurança está a tornar-se a norma nas suas formas de integração social. As duas fases em que este estudo se desenvolve – fase extensiva e intensiva – permitem perceber que a tendencial precarização das relações laborais produz impactos diferenciados junto dos jovens em função das suas características sociais e culturais, nomeadamente, a sua condição etária, de género e a duração dos seus percursos escolares e formativos.

### Abstract

In current societies the labor market flexibility and the liberalization of jobs contracts have been seen as the required conditions for economic growth. In this context, we have assisted to the generalization of fixed-term contracts and the individualization of labor relations, which has inevitably stationed youth in labor markets characterized by precarious jobs, low wages and little opportunity to build stable career paths. Empirical unblinding incidence and contours of youth job insecurity in the context of the archipelago, were one of the goals that guided the project "Azorean youth and the world of work" developed in the Azores Youth Observatory among young (15-34 years) with work experience (467 young people). The type of job contract and duration of employment are some of the indicators available to set the precariousness, as well as the discontinuance of employment, earned income and access to social protection. The analysis of these indicators allows to realize that precariousness is a necessary step in the professional integration processes of many young people and insecurity is becoming the norm in their forms of social integration. The two phases in which this study develops - extensive and intensive stage - allow to realize that the trend towards casualization of labor relations produces different impacts on young people in terms of their social and cultural characteristics, in particular, their age condition, gender and duration of their school and training courses.

Palavras chave: juventude, inserção profissional, precariedade, desemprego

Keywords: Youth, professional insertion, precariousness, unemployment

[COM0419]



As transformações económicas das últimas décadas têm produzido fortes impactos na situação social da juventude europeia. A Grande Recessão e as políticas austeritárias, de diferentes intensidades <sup>1</sup>, que têm sido assumidas impulsionam a escalada da precariedade laboral entre os jovens e o risco eminente de desemprego e subemprego. O *European Youth Forum* <sup>2</sup> (2013) alerta para a intensificação dos níveis de pobreza e de exclusão social entre os jovens, particularmente nos países subordinados a programas de ajustamento estrutural.

Historicamente, o conceito de precariedade emergiu na sequência da “crise petrolífera”, do início da década de 70, para designar os problemas de emprego que se instalaram e que, assentando numa progressiva erosão da relação salarial fordista, remetiam para a insegurança, instabilidade e transitoriedade da relação contratual, num contexto de flexibilização do mercado de trabalho e de redução do fator trabalho (Rebelo, 2006).

Nas décadas seguintes o conceito foi sofrendo algumas reconfigurações, mas tornou-se omnipresente nos estudos sobre a inserção profissional da juventude, dado que o ingresso laboral desta se tem vindo a manifestar, desde os anos 80<sup>3</sup>, particularmente permeável às conjunturas e oscilações económicas. Ainda assim, e como afirma Gauthier (2001), na literatura francófona dos anos 90 o termo aparece no contexto da construção de tipologias de inserção profissional e a precariedade qualifica uma condição social limite que captura sobretudo os jovens menos qualificados ou os que abandonam o sistema educativo sem diploma.

A Grande Recessão intensifica e generaliza a precariedade laboral, com particular incidência junto do universo juvenil, e passa a ser reconhecida como um fenómeno global duradouro, uma experiência coletiva (Standing, 2011), no contexto das políticas neoliberais dominantes na atualidade. As organizações internacionais (OIT, OCDE, Banco Mundial) têm alertado para esta fragilidade global na inserção profissional dos jovens (MacDonald, 2011), quer evidenciando as cifras “negras” do subemprego (particularmente acutilantes na Ásia, Europa central e do Sul, Países Árabes) quer as do desemprego juvenil (Europa, África).

O que as duas últimas décadas têm demonstrado é que a precariedade se instala como um “modo de vida” (Alves, Cantante, Baptista & Carmo, 2011), num contexto em que o emprego disponível não consegue acompanhar o acréscimo de qualificações, o que gera, frequentemente, situações de inadequação entre a formação e a função desempenhada, precarização do vínculo contratual e trabalho mal remunerado.

Algumas investigações (Trottier, Gauthier & Turcotte, 2005; Alves, Cantante, Baptista & Carmo, 2011; Hardgrove, Roothan & McDowell, 2015) têm demonstrado que a situação de precariedade não se restringe ao regime de emprego ou ao rendimento associado, mas afeta todas as dimensões da vida, designadamente a capacidade de imaginar e formalizar projetos de vida, bem como a construção de processos de autonomização familiar, situação particularmente problemática nos países do sul da Europa (Moreno Minguez, 2012, Serracant, 2015).

Numa dimensão mais operatória, Eckert e Mora (2008), Diogo (2012) consideram que o tipo de contrato de trabalho e a duração do emprego são insuficientes para avaliar a precariedade, pelo que os autores propõem que se tenha em conta outros aspetos da relação de emprego, designadamente a descontinuidade do emprego, o rendimento auferido pelo assalariado e as formas de acesso a uma proteção social<sup>4</sup>.

### **A expressão da precariedade laboral entre os jovens açorianos**

Quando observamos a relação da juventude com o mercado de trabalho não podemos perder de vista que, como é referido pela OIT<sup>5</sup>, a situação económica e social vivida nos últimos anos em Portugal conduziu ao desaparecimento de um número muito significativo de postos de trabalho o que representa “a mais significativa deterioração do mercado de trabalho entre os países europeus, depois da Grécia e de Espanha” (p.2).

No caso dos Açores, e tendo como referência o Inquérito ao Emprego, percebemos que se regista uma acentuada diminuição da taxa de emprego dos jovens, pois em 2008 a média anual dos 15-24 anos foi de

38% e em 2015 desceu para 22%; também no grupo etário dos 25-34 anos se verifica uma redução de quase nove pontos percentuais, passando de 81,2% em 2008 para 72,3% em 2015 (SREA).

### A precariedade no contexto do Arquipélago

Para analisarmos a qualidade da relação laboral dos jovens do arquipélago recorremos, num primeiro momento, aos dados disponibilizados no Relatório Único<sup>6</sup> pelo Observatório de Emprego e Formação Profissional (OEF) que nos elucidam acerca da relação contratual, remuneração e número de horas semanais de trabalho dos jovens, comparativamente com a população em geral.

Quando temos em conta a variação dos tipos de contrato de trabalho, percebemos a dimensão da precariedade contratual no universo juvenil do arquipélago.

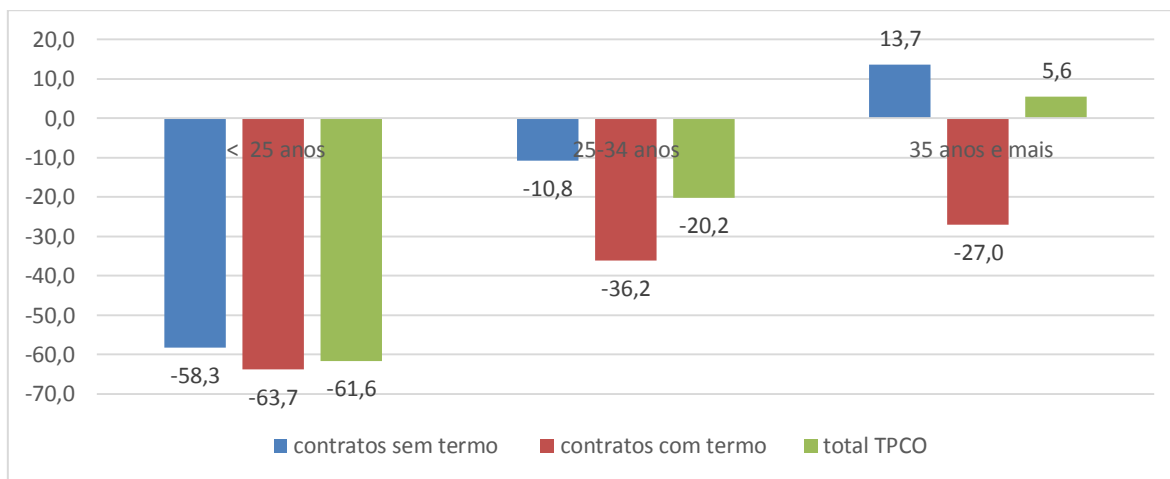


Gráfico 1 - Taxa de variação dos tipos de contrato de trabalho dos TPCO, por grupos etários, entre 2009 e 2013 (%). Fonte: OEF

De facto, o gráfico anterior confirma a redução acentuada de ingressos juvenis no mundo laboral, anteriormente destacada pelos dados do Inquérito ao Emprego. Enquanto o grupo com 35 anos regista um ligeiro aumento de efetivos, o número de entradas de jovens apresenta uma redução drástica entre 2009 e 2013, particularmente acutilante no grupo etário até 25 anos, mas igualmente expressiva no grupo dos 25 aos 34 anos.

Ora, se esta redução já é muito significativa nas relações contratuais mais estabilizadas, ela intensifica-se nos ingressos regulados por contratos de trabalho temporários, confirmando-se que o impacto da Grande Recessão, no arquipélago, é particularmente expressivo junto do universo juvenil e, no interior deste, regista-se uma forte segmentação resultante da massiva exclusão do mercado de trabalho dos trabalhadores com menos de 25 anos. Entre os dois anos considerados a representação destes jovens no total dos TPCO decresce mais de metade e esse decréscimo é igualmente significativo nos contratos sem termo e nos contratos com termo.

A retração dos mercados de trabalho também justifica que entre os dois anos considerados a contratação a prazo de jovens entre os 25-34 anos decresça mais de um terço e a representação destes no total dos TPCO apresente uma redução de 20%.

Mas os dados disponíveis também nos permitem perceber que, a par da diminuição de ingressos de jovens no mercado de trabalho regional, também se regista uma diminuição da duração média semanal do trabalho dos TPCO em cerca de duas horas semanais.

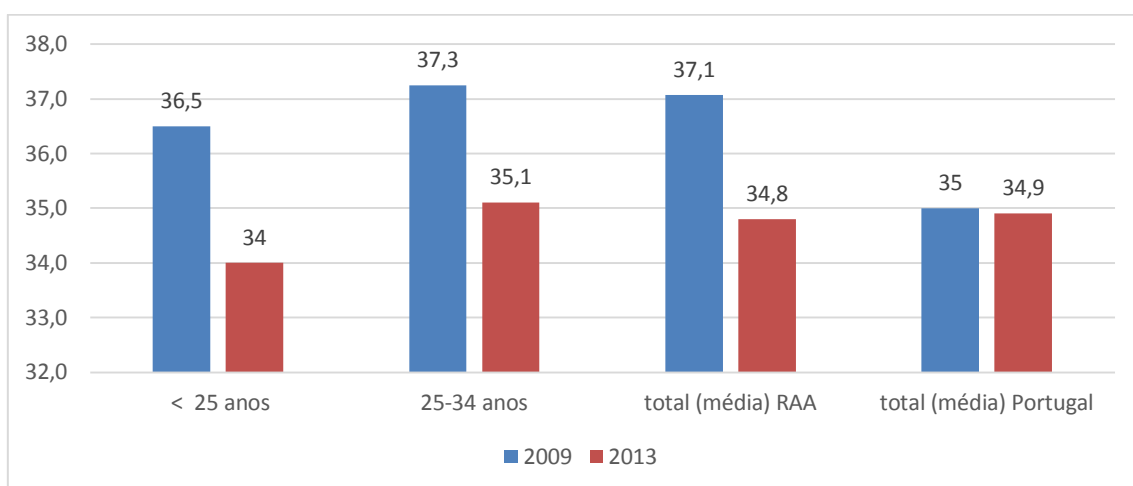


Gráfico 2- Variação da duração média semanal do trabalho TPCO, por grupos etários, entre 2009 e 2013 (número de horas). Fonte: OEFP e PORDATA

O gráfico anterior confirma que a diminuição do tempo de trabalho na região é acompanhada por uma redução da duração média semanal do tempo de trabalho dos jovens. Ora, quando olhamos esta duração média semanal do trabalho por setores de atividade percebemos que é nos setores da “construção” e do “alojamento, restauração e similares” que o decréscimo mais se faz sentir. A este facto não será estranha a sazonalidade destas atividades económicas e a consequente opção das unidades produtivas pela flexibilização numérica<sup>7</sup> para responder às oscilações da procura.

Será expectável que esta redução do tempo de trabalho tenha implicações nas remunerações mensais dos jovens. Como refere Diogo (2010) a pobreza nos Açores não resulta apenas da situação de desemprego, mas também da precariedade laboral numa região em que o mercado de trabalho requer habilitações escolares baixas e oferece remunerações baixas.

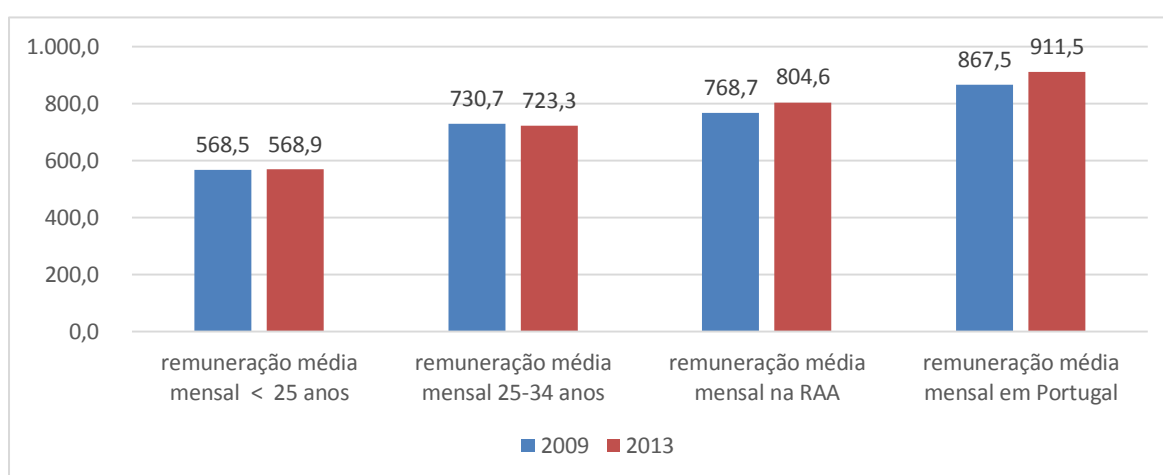


Gráfico 3- Remunerações médias mensais dos TPCO, por grupos etários, em 2009 e em 2013 (euros). Fonte: OEFP e PORDATA

Pelos dados anteriormente expostos é possível confirmar que a remuneração mensal dos jovens é inferior à praticada para os trabalhadores em geral e especialmente baixa para os jovens com idades inferiores a 25 anos. Salienta-se, ainda, que as remunerações praticadas na RAA são inferiores às remunerações médias praticadas para o conjunto do território nacional.

### **A precariedade no contexto do Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”**

A situação de fragilidade contratual e remuneratória dos jovens açorianos é confirmada pelos dados encontrados no estudo desenvolvido no âmbito do Observatório da Juventude dos Açores, junto de jovens (15 a 34 anos) que referem ter, ou ter tido, alguma experiência laboral remunerada (total de 432 jovens entrevistados no âmbito do projeto mencionado)

Atendamos, num primeiro momento à relação contratual dos jovens que se encontram atualmente com uma atividade profissional remunerada.

<b>Tipo de vínculo</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
À tarefa ou à peça	53	13,8
Programa ocupacional	41	10,7
Recibo verde	20	5,2
Contrato termo certo inferior a 1 ano	38	9,9
Contrato termo certo superior a 1 ano	61	15,9
Permanente	131	34,2
Bolseiro	39	10,2
<b>Total</b>	<b>383</b>	<b>100,0</b>

Tabela 1 - Vínculos contratuais dos entrevistados. Fonte: Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”

Como podemos observar na tabela anterior a maioria (65,8%) dos inquiridos refere estar envolvido em situações profissionais temporárias, a avaliar pela natureza do vínculo laboral que rege a sua atividade. De notar que 13,8% declaram trabalhar “à tarefa e à peça” o que amplifica a precariedade, não só pela limitação temporal inerente a esta fórmula contratual, mas ainda porque, frequentemente, implica desproteção social dos trabalhadores, situação que também pode caracterizar as relações de trabalho regidas por “recibos verdes”. O número de trabalhadores com contratos a termo também é significativo (25,8%), assim como o número de bolseiros (10,2%) ou inseridos em programas ocupacionais (10,7%). As situações contratuais mais estabilizadas representam cerca de um terço das encontradas junto destes jovens.

A repartição desta população por níveis de rendimento dá conta de uma das maiores vulnerabilidades presentes na relação da juventude com o trabalho, pois 81,9% dos entrevistados auferem rendimentos inferiores a 750 euros. Entre estes, alguns (28,3%) sobrevivem sem qualquer rendimento, ainda que se declarem ativos empregados (12,1%) ou trabalhadores independentes (8%).



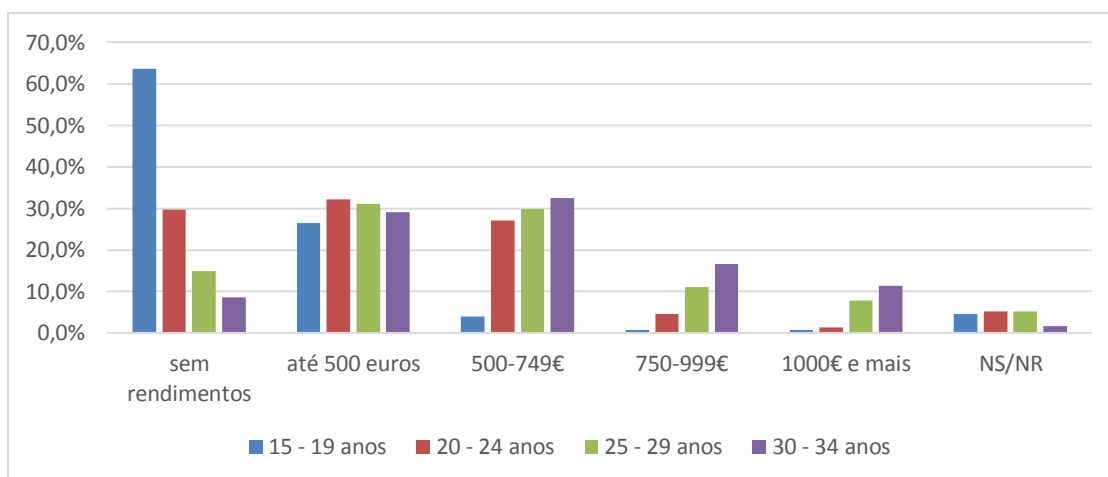


Gráfico 4 - Remunerações por grupos etários. Fonte: Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”

Pelo gráfico anterior podemos verificar que em qualquer idade existem jovens que declaram não auferir rendimentos e que apenas uma pequena percentagem dos mais velhos (25 a 34 anos) declara rendimentos pessoais de 1000 euros ou mais. Confirma-se que entre os 20 e os 34 anos a maioria declara receber rendimentos até 750 euros.

### Da precariedade ao desemprego: o impacto junto dos jovens açorianos

Uma das consequências estruturais mais profundas da crise económica de que falámos anteriormente é o desemprego, em geral, e o juvenil, em particular. A expressividade numérica deste desemprego juvenil, em especial a partir dos anos 80 do século anterior, é muito elevada, mas estes quantitativos adensam-se, na generalidade dos países europeus, com a crise económico-financeira, que se intensifica a partir de 2008, e com o tendencial prolongamento das trajetórias escolares. Em Portugal verifica-se um “ritmo de crescimento do desemprego dos jovens muito superior ao ritmo de crescimento do desemprego total” (Silva & Pereira, 2012, p. 141), situação que de alguma forma também retrata o que se passa no arquipélago.

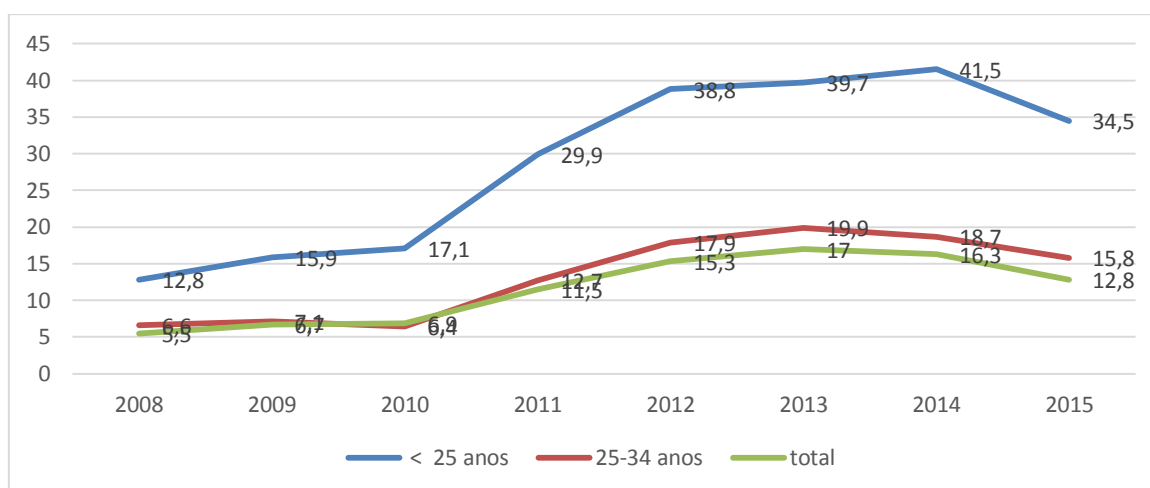


Gráfico 5 - Taxa de desemprego jovem e total na RAA (%). Fonte: Inquérito ao Emprego, SREAS

Quando temos em conta a situação atual de desemprego, ou inatividade, junto dos jovens entrevistados no âmbito do projeto referido percebemos que 56 jovens estão desempregados, o que representa 8,8% do total de inquiridos.

Quando perspetivamos a idade dos desempregados percebemos que a maior incidência se dá no grupo 20-24 anos, seguido do grupo 30-34 anos.

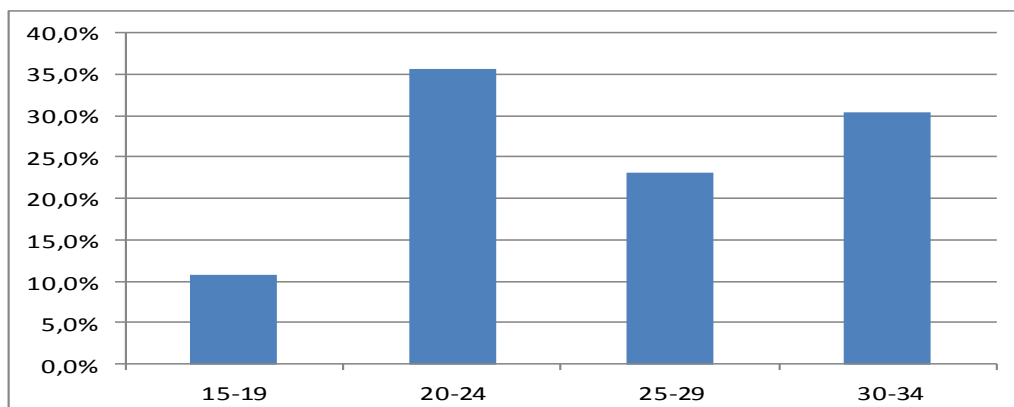


Gráfico 6 - Jovens desempregados, por grupos etários. Fonte: Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”

A situação dos jovens inseridos nestes 2 grupos etários mais vitimizados pelo desemprego parece-nos ser substancialmente diferente. O desemprego dos jovens entre os 20 e os 24 anos traduz o efeito das tensões criadas pela crise económica nos mercados de trabalho e, em certa medida, este desemprego pode constituir um ponto de passagem, uma situação transitória entre a conclusão dos estudos e a inserção laboral, constituindo o que alguns autores denominam de desemprego de “fila de espera” (Werquin, 1996, p. 121). Por seu turno, a situação de desemprego dos indivíduos inseridos na faixa etária dos 30-34 anos pode revelar mecanismos sociais bem mais complexos, não sendo de excluir que alguns sejam vítimas do desemprego de longa duração. As retomas económicas e as oscilações conjunturais na oferta de empregos parecem contribuir pouco para a diminuição dos contingentes deste tipo de desempregados, comparativamente com o que se verifica no desemprego de transição profissional (Werquin, 1996; Wuhl, 1996).

Quando perspetivamos a recorrência das situações de desemprego nas trajetórias destes jovens percebemos a magnitude deste problema na população em estudo.

Número de situações de desemprego	Freq.	%
Nunca	212	47,6
1 vez	160	36,0
2 vezes	44	9,9
3 e mais vezes	29	6,5
<b>Total</b>	<b>445</b>	<b>100,0</b>

Tabela 2 - Número de situações de desemprego vivenciadas ao longo da trajetória profissional. Fonte: Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”

De notar que aqui estamos a contemplar todos os jovens que têm ou já tiveram experiências laborais, independentemente da sua situação atual perante o emprego.

Mais de metade dos entrevistados (52,4%) já experienciou situações de desemprego. Acresce que 16,4% destes viu o problema ocorrer na sua vida duas ou mais vezes.

Em situação de desemprego com que apoios podem os jovens contar?

Como sabemos, uma das consequências da crise económica aponta para a degradação do estado social, ainda que este em Portugal sempre tenha apresentado enormes limitações, apresentando um regime subprotetor que sempre foi compensado por uma “sociedade-providência” mais forte (Santos, 1993), apesar das limitações que esta também tem manifestado nos últimos anos.

Neste contexto, as famílias portuguesas protagonizaram sempre o suporte e os apoios necessários à transição dos jovens para a vida ativa e à gestão das situações de desemprego, sendo de prever que, no atual contexto, as solidariedades familiares e as redes sociais locais se substituam a uma proteção social muito débil ou mesmo inexistente.

Apoios em situação de desemprego	Freq.	%
Subsídio de desemprego	82	24,9
Apoio em dinheiro da Segurança Social	35	10,6
Apoio do Estado ou programa ocupacional	20	6,1
Apoio em géneros de instituições sociais	7	2,1
Apoio em dinheiro de uma instituição social	3	0,9
Apoio em dinheiro dos pais	120	36,5
Apoio em dinheiro dos sogros	6	1,8
Refeições ou géneros por parte dos pais ou sogros	36	10,9
Regresso/ida à/para a casa dos pais/sogros	20	6,1
Total	329	100,0

Tabela 3 - Apoios em situação de desemprego. Fonte: Projeto “Juventude açoriana e mundo do trabalho”

Os dados não deixam margem para dúvidas acerca da importância dos apoios familiares para sobreviver às situações de desemprego. Tendo em conta os valores desagregados, percebemos que 36,5% dos entrevistados contam com o apoio financeiro dos pais, mas se considerarmos o conjunto do apoio financeiro e logístico das famílias de origem (do jovem individualmente e em casal) compreendemos que a maioria (55,3%) depende destas solidariedades e proteção familiares para enfrentar as situações de desemprego.

Mas será que a precariedade afeta igualmente todos os jovens em estudo, independentemente das suas características sociográficas?

## Perfis de precariedade no universo juvenil

Os dados até agora explanados são importantes para contextualizar a precariedade nesta região insular, mas não permitem perceber de que forma é que ela se expressa entre os jovens indagados, no âmbito do projeto que temos vindo a referir. Com efeito, os resultados já apresentados mostram que mau grado a tendência geral para a precarização das relações laborais neste grupo de idades se verificam diferenças internas. De seguida, pretende-se verificar até que ponto é que essas diferenças se polarizam em diversos perfis de jovens, usando-se, para o efeito, a análise multivariada.

A amostra utilizada nesta análise foi obtida com base na ocupação principal dos ativos, o que implicou retirar os estudantes e as domésticas. A partir dessa amostra (398 jovens) foi efetuada a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), considerando como variáveis ativas as variáveis referentes ao percurso profissional (e centradas na qualidade e características dos empregos ocupados) e as relativas à escolaridade dos entrevistados. Foram consideradas como variáveis suplementares ou ilustrativas um conjunto de variáveis sociodemográficas e, ainda, algumas variáveis que apresentavam contribuições muito baixas para serem utilizadas como variáveis ativas.

A informação obtida referente à associação entre as variáveis utilizadas na Análise de Correspondências Múltiplas foi sintetizada em duas componentes ortogonais que explicam 55,1% da variância total das variáveis originais. Na Tabela 4 apresentam-se os pesos e as contribuições das variáveis de cada dimensão, a percentagem da variância explicada e a consistência interna, com base no coeficiente alfa de Cronbach.

A tabela seguinte apresenta as variáveis que mais discriminam as dimensões encontradas e a respetiva contribuição.

Variáveis	Dimensão 1		Dimensão 2	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Idade	.131	4.19%	.536	18.32%
Escolaridade	.709	22.61%	.113	3.85%
Ocupações passadas	.245	7.80%	.149	5.08%
Frequência de ações de formação	.244	7.79%	.017	0.58%
Anos trabalho atual	.008	0.26%	.160	5.48%
Tipo de contrato dos TPCO	.233	7.43%	.465	15.89%
Ajuda para 1º emprego	.245	7.81%	.141	4.82%
Vínculo Atual	.346	11.03%	.459	15.68%
Experiência de trabalho	.409	13.03%	.629	21.49%
Situação face emprego atual	.124	3.95%	.039	1.32%
Profissão atual	.442	14.09%	.219	7.49%
Valor próprio	3.136		2.926	
Variância explicada	28.5%		26.6%	
alfa de Cronbach	0.749		0.724	

Tabela 4 - Contribuições das variáveis em cada uma das dimensões

Enquanto a primeira dimensão é estruturada fundamentalmente pelas variáveis relacionados com a escolaridade, profissão atual e informações relativas ao seu percurso profissional (ocupações passadas, ajudas para 1º emprego e situação face ao emprego atual) na segunda dimensão encontramos variáveis referentes à experiência de trabalho, idade, vínculo atual e, para o caso de trabalhadores por conta de outrem, a modalidade contratual que regula a sua atividade profissional.

As quantificações das categorias das variáveis utilizadas, como apresentado na tabela 5, vão permitir projetar as categorias num gráfico bidimensional (figura 1).

Dimensão	Variáveis	Quantificações negativas	Quantificações positivas
1	Escolaridade	<i>Superior</i>	2º ciclo ou -
	Ocupações passadas	Estudante	Desemprego; inativo
	Frequência de ações de formação	Sim	Não
	Ajuda ao primeiro emprego	Redes formais e oficiais	Redes informais
	Situação face ao emprego atual	Empregado	Trabalhador independente; Desempregado
	Profissão atual	Especialista	Agricultura; não qualificados
	Idade abandono da escola	25 anos ou +	16 anos ou -
	Número vezes desempregado*	nenhuma	Duas ou mais
2	Idade	25-29	15-19; 20-24
	Experiência de trabalho	Sim	Não
	Anos trabalho atual	5 anos-	>5anos
	Ligação contratual do TPCO	Sem contrato escrito	Bolseiro
	Vínculo Atual	Tarefa	Bolseiro
	Experiência de trabalho	Sim	Não
	1ª Experiência de trabalho*	Remunerada	Não remunerada
	Grau de satisfação com o trabalho*	Insatisfeito	Satisfeito

\*Variável suplementar

Tabela 5 - Quantificação das categorias das variáveis nas dimensões 1 e 2

A representação das categorias no plano a duas dimensões tem como objetivo facilitar a análise e a visualização das associações entre as categorias das variáveis.

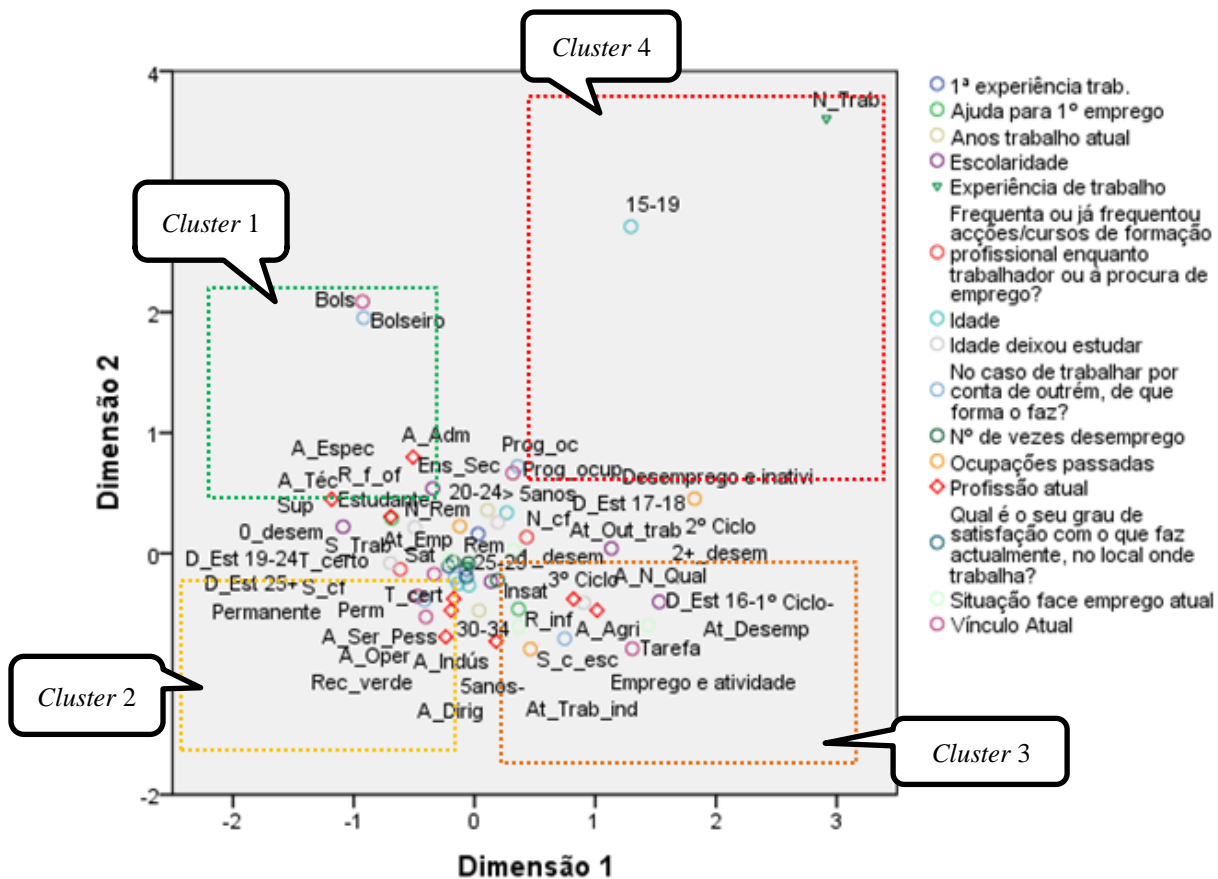


Figura 1. Mapa perceptual

Com base no mapa perceptual anterior, podemos destacar quatro grupos de jovens cujas características se aproximam dos grupos delimitados num outro estudo (Palos, Diogo & Silva, 2015), contemplando uma população juvenil entrevistada entre 2008 e 2011.

### **Cluster 1- Precários em ocupações transicionais**

Este grupo é composto por 40 indivíduos e representa 10,05% do total.

Trata-se de um grupo maioritariamente feminino (62,5%), estando aqui mais representado o grupo etário dos 20-24 anos (50%), bem como os que apresentam como habilitações literárias o ensino secundário (55%) e o ensino superior (27,5%).

A grande maioria começou a trabalhar depois dos 18 anos (65%) e trabalham há mais de 5 anos no emprego atual (92,5%). O trabalho é praticado a tempo completo (72,5%) e exercem profissões de especialistas (34,2%) e administrativos (42,1%).

Quando sondamos as ligações contratuais percebemos que 69,2% são bolseiros e 23,1% estão em programas ocupacionais, ou seja, estatutos profissionais intrinsecamente *transicionais* (Gazier & Gautié, 2009) conceito que, acentuando o hibridismo implícito a tais estatutos, dá conta da incerteza destas posições contratuais, uma vez que elas podem significar a transição para um emprego mais estabilizado,

para outra situação temporária, ou simplesmente para o desemprego. E entre estes jovens existe um número significativo (43,5%) para quem o desemprego é uma experiência familiar.

Alguns (55,3%) declaram auferir rendimentos entre 500-749 euros e um número muito considerável não vive em autonomia residencial, pois 85% declaram viver com pelo menos um progenitor.

### ***Cluster 2 – inserções estabilizadas***

Este grupo integra 200 jovens e representa 50,25% do total.

Apresenta uma composição sexual muito equilibrada e a grande maioria (83%) tem idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos. São mais escolarizados, pois 32,5% tem diploma do ensino superior e 33,5% concluíram o ensino secundário.

Trata-se de um grupo onde, numa perspetiva mais global, a precariedade laboral aparece bastante mais atenuada se tivermos em conta que, como refere Vincens (1997), no atual contexto de deterioração económica e de tendencial precarização das relações laborais esta noção de estabilização terá de ser alargada e recentrada. A estabilidade aqui não se reporta apenas à ligação contratual e condições laborais, mas acentua a capacidade de o indivíduo se manter no mercado de trabalho escapando desta forma ao desemprego, pelo menos o de longa duração. Ora neste grupo não figuram desempregados e as atividades profissionais mais frequentes são pessoal do serviço e vendedores (29,4%), especialista (21,8%) e técnicos e profissionais de nível intermédio (15,7%).

Trata-se de um grupo que apresenta uma segmentação interna, pois 50,5% dos jovens apresentam ligações contratuais mais estáveis e outros apresentam situações profissionais que indiciam maior precariedade, ainda que possamos pensar que se trata de situações de transição para uma integração progressiva no mercado de trabalho em condições mais estáveis. Alguns (35,4%) têm contratos de trabalho a termo certo e 34,4% experienciaram episódios de desemprego.

### ***Cluster 3 – inserções precárias e vulneráveis***

Este grupo é constituído por 138 indivíduos e representa 34,67% do total.

É constituído maioritariamente por rapazes (65,2%) e apresenta uma repartição muito equitativa dos efetivos pelas idades situadas entre os 20 e os 34 anos. Há também uma repartição muito equilibrada segundo as escolaridades mais baixas, designadamente o 1º ciclo (23,2%) e o 3º ciclo (29,7%), sendo que a modalidade mais frequente é o 2º ciclo do ensino básico (42%).

Consideramos que neste grupo são muito nítidos os sinais de precariedade, pois apenas 21,3% referem situações contratuais mais definitivas, enquanto 37,5% não têm contrato escrito que regule a sua atividade e 25,7% assinaram contratos a termo certo. Uma percentagem assinalável de indivíduos (83,8%) não conhece promoções profissionais e os baixos rendimentos que auferem – 62,9% recebem menos de 500 euros mensais e destes 16,7% não têm rendimentos – não obstam a que se sintam satisfeitos com a sua situação profissional (85,7%).

Entre os fatores de vulnerabilidade situamos um manifesto abandono precoce da escolaridade sinalizado pelas baixas qualificações escolares, que referimos anteriormente, e pelo facto de 58,9% dos inquiridos terem abandonado a escola antes dos 16 anos. Entre os fatores de potencial fragilização também se situam o desemprego recorrente (51,6%) e os baixos rendimentos de que declaram dispor, não só porque dispõem de poucos rendimentos pessoais como referimos anteriormente, mas ainda porque 41,3% estão inseridos em agregados familiares que dispõem de menos de 749 euros mensais.

### ***Cluster 4 – inserções em risco***

Este grupo é composto por 20 entrevistados e representa 5,03% do total.

Trata-se de um grupo bastante homogéneo na representação dos sexos e também em termos etários, ainda que aqui figurem 45% dos indivíduos mais novos (15-19 anos). Apresentam uma escolaridade inferior ao 9º ano (75%) e a grande maioria abandonou a escola antes dos 18 anos (82,3%).

A totalidade destes jovens declara ter tido experiências de trabalho não remuneradas e em relação a ocupações atuais nada declaram, nem mesmo para assumir uma eventual inatividade.

Afirmam, na sua totalidade, viver em casa dos progenitores. Ainda que do ponto de vista da inserção profissional este grupo nos apareça bastante nebuloso e enigmático – apenas sabemos que trabalharam sem remuneração – consideramos que do ponto de vista sociológico é interessante de analisar uma vez que da combinação entre as baixas qualificações escolares, os rendimentos familiares baixos e ausência de rendimentos pessoais (40%), a que se soma uma eventual situação de inatividade, resultará uma situação de manifesta fragilidade e eminente risco de exclusão social.

Por outro lado, os indicadores disponíveis para descrever a situação social destes jovens autorizam-nos a colocar a hipótese de que poderão ser vítimas de um processo de marginalização no mercado de trabalho se a ele quiserem aceder, dado que, no contexto atual, os mercados laborais, mesmo em contração, manifestam-se cada vez mais exigentes relativamente às qualificações requeridas, o que também deriva da forte concorrência que se gera com a chegada de cada vez mais qualificados aos mercados de trabalho e dispostos a aceitarem as oportunidades que surjam.

### **Quando a precariedade “nos invade a vida”: impactos da precariedade nas biografias juvenis**

Face a este cenário de complexidade e incerteza, e tendo em conta a tipologia construída, procurámos apreender as singularidades das experiências laborais de alguns jovens, procurando a sua própria interpretação sobre as suas trajetórias de emprego, inseridas numa articulação temporal que integre o passado, o presente e o futuro. Neste contexto, procurámos ainda perceber quais as estratégias mobilizadas pelos jovens para assegurarem a sua inserção profissional e os fatores que, na sua opinião, facilitam ou obstaculizam esse processo.

Para este efeito, selecionamos uma amostra de jovens tendo em atenção as características principais, ou as mais relevantes, de cada um dos *clusters* anteriormente descritos, assegurando que os jovens selecionados sejam representantes<sup>8</sup> de cada um dos desses grupos. Ainda que a aplicação das entrevistas se encontre em curso<sup>9</sup>, consideramos dispor já de material significativo para ser analisado e que, grosso modo, nos explicita, de forma clara e contundente, alguns dos impactos da precariedade na vida destes jovens e na capacidade de projetarem o seu futuro e formalizarem aspirações e expectativas.

#### ***“A vida jogada em vários tabuleiros”: a imprevisibilidade dos percursos e oportunidades***

Quando tornamos central a análise da experiência social destes jovens, e procuramos perceber os impactos da precariedade laboral na sua vida, torna-se incontornável recordar Sennet (2001) e a sua lúcida análise das consequências pessoais do trabalho neste capitalismo flexível em que vivemos. O autor evidencia, também com base em depoimentos, como a fragilização do estatuto do emprego dificulta a construção de narrativas lineares e coerentes na articulação entre o passado e o futuro, a dificuldade em fixar objetivos de longo prazo, a instabilidade resultante dos recomeços a cada mudança de emprego.

A imprevisibilidade inerente à instabilidade contratual é um traço que perpassa os discursos dos jovens que entrevistámos<sup>10</sup>. A forma como esta imprevisibilidade é gerida pode seguir um registo “especulativo” de imaginar e construir uma diversidade de futuros (Ylijoki, 2010, p. 377) mas, no caso dos nossos jovens, o afrontamento desta imprevisibilidade parece pautar-se por um raciocínio estratégico de antecipação:



*“Tenho sempre de pensar a minha vida com base em cenários; se o cenário 1 (aquele que eu desejo) não der certo tenho de ter o 2 e o 3, pelo menos. E isto repete-se todos os anos, nos últimos 11 anos!”* (Rosa, 34 anos, professora do 1º ciclo);

*“Nem mesmo quando estou num projeto deixo de pensar no que farei quando ele acabar...tenho de ter sempre um plano B”* (Beatriz, 28 anos, bolsista de investigação)

Em certa medida pensamos que este pensamento estratégico aparece como instrumento de mitigação dos “condicionalismos, as incertezas, a precariedade que marcam os seus percursos profissionais” (Alves, Cantante, Baptista & Carmo, 2011, p. 105).

Esta instabilidade contratual, e o facto de terem de ponderar continuamente várias possibilidades, tem impactos na forma como perspetivam o presente – bem evidente no depoimento de Beatriz – e que caracteriza o posicionamento de alguns dos académicos entrevistados por Ylijoki (2010). Se a imprevisibilidade do futuro radica na constante mutabilidade do presente (Carmo, Cantante & Alves, 2014) verifica-se que a relação destes jovens com este presente tende a ser frágil (Ylijoki, 2010) e fluída.

Esta imprevisibilidade também significa, tal como os depoimentos demonstram, a urgência em rever e a reinterpretar as suas experiências profissionais (Cook, 2015), o que deriva da ausência de estabilidade presente nas suas trajetórias de emprego.

### ***“Cada um trilha o seu caminho” – a inserção profissional como processo singular***

Uma questão recorrente debatida nos processos de transição dos jovens para a vida adulta remete para a individualização das suas trajetórias de vida. A imprevisibilidade e o risco, presentes nas atuais formações sociais, requerem que os jovens utilizem os seus recursos e disposições para “inventar novos caminhos, criar novos estilos de vida, compor novas identidades” (Pais, Cairns, & Pappámikail, 2005, p. 113) e os utilizem para construir processos de *negociação* na construção reflexiva de processos de inserção (Furlong, Cartmel, Biggart, Sweeting & West, 2003; Hardgrove, McDowell & Rootham, 2015)

Neste sentido, a individualização também pode significar uma singularização biográfica, dado que as especificidades das experiências sociais dos jovens tendem a transformar as suas trajetórias em processos dificilmente mimetizáveis (Furlong, Cartmel, & Biggart, 2006):

*“Falamos muito entre nós (com outros jovens) e apesar de estarmos todos na mesma situação percebemos que o que dá certo com um pode não dar com outro”* (Tiago, 35 anos, empresário)

Esta desstandardização dos processos de transição e inserção profissional significa que os jovens não encontram referências em “velhos modelos de transição” lineares (Serracant, 2012) e que a segurança relativa que podem encontrar parece intimamente relacionada com a sua posição na estrutura social:

*“Para alguns pode ser mais fácil porque os contatos familiares podem dar uma ajuda a encontrar empregos um pouco melhores, mas mesmo assim vejo que dificilmente se sentem seguros, hoje em dia”* (Rosa, 34 anos, professora do 1º ciclo).

Em face da progressiva regressão das funções sociais do Estado e das dificuldades económicas das famílias esta desstandardização das trajetórias também significa que os jovens se sentem forçados a enfrentar sozinhos a precariedade e os impactos que ela produz nas suas vidas.

As limitações que têm sido apontadas às teses da “subjetivação biográfica” remetem justamente para os constrangimentos estruturais presentes nas trajetórias juvenis (Serracant, 2012) e como esta ênfase na individualização coloca o jovem como o “gerenciador solitário do seu próprio percurso” (Guimarães, 2004) e transforma os “vencidos” em “autores” dos seus próprios fracassos (Dubet & Martuccelli, 1996):

*“Os meus pais evitam culpar-me porque sabem que isto está difícil para todos, mas por vezes deixam escapar comentários do género: “se o/a fulano/a tal que também tem um curso como o teu conseguiu arranjar coisa melhor, porque é que tu não consegues?” (Tiago, 35 anos, trabalhador por conta própria).*

*“Penso muitas vezes que a culpa é minha, se eu tivesse estudado e passado de anos sempre não estava assim! A minha mãe diz que o meu pai com a minha idade já tinha filhos e trabalho e que eu não tenho “sorte” porque sou “azelha” ...sei lá! (André, 25 anos, “biscateiro”).*

Estes depoimentos traduzem bem a (auto e hétero) responsabilização dos jovens pelos seus “fracassos” e permitem perceber como as possibilidades de os jovens decidirem, definirem estratégias, formalizarem escolhas, se inscrevem nos constrangimentos estruturais que delimitam tais possibilidades objetivas de ação.

### ***“Começar de novo, outra vez”: reversibilidade das fases de vida***

Têm sido amplamente tematizados os impactos da precariedade nos processos de emancipação e autonomização juvenis, destruindo a ordem tradicionalmente instituída dos marcadores sociais que assinalavam os processos de transição para a vida adulta e que aprisionam os jovens em processos complexos de mobilidade profissional que, não raras vezes, tornam reversíveis os sentidos das suas trajetórias de emprego. Como refere Serracant (2012) esta reversibilidade pode significar o retorno à escola ou recomposições familiares, na sequência de relações matrimoniais fracassadas, como resultado destes processos de mobilidade e de descontinuidade de empregos.

No caso dos 8 jovens entrevistados o impacto nas relações afetivas da precariedade e instabilidade laboral é evidente, levando alguns (5) a assumirem a existência de uma primeira relação matrimonial fracassada na sequência da instabilidade laboral ou do desemprego:

*“Casei nos Açores, mas quando tive a oportunidade de fazer este programa (Leonardo da Vinci) fomos os dois para Espanha onde arranjámos empregos. Quando a crise apareceu eu perdi o meu emprego e tive para regressar para casa dos meus pais. A minha ex-mulher ainda lá está, instalou-se por conta própria e está bem. Entretanto já casei de novo...” (Tiago, 35 anos, trabalhador por conta própria).*

*“Casei quando acabei o curso, mas o andar de ilha em ilha desgastou a relação e esta deixou de fazer sentido para os dois. Neste momento tenho uma relação emocional estável, mas temo pelo dia em que tenha de abandonar a ilha, o que pode acontecer já em setembro...” (Rosa, 34 anos, professora do 1º ciclo).*

A constituição de famílias de procriação é, para estes 8 jovens, um projeto permanentemente adiado e em muitos casos assumido num registo onírico.

O que se torna também evidente nestes depoimentos é o apoio indispensável das famílias de origem em “cada novo recomeço”. Aliás, considerando o inquérito por questionário realizado na fase extensiva deste trabalho, verificamos, como referimos anteriormente, que dos 329 jovens que assumem ter estado/estar desempregados, a maioria (55,3%) depende ou já dependeu do apoio financeiro e logístico das famílias de origem (do jovem individualmente e em casal) para enfrentarem as situações de desemprego.

Estas solidariedades e proteção familiares são também assumidas pelos nossos entrevistados nesta fase intensiva, de que agora damos conta, quer no apoio financeiro quer em situações que representam o regresso à casa dos pais; alguns destes entrevistados assumem relações afetivas estáveis, mas estão a viver em casa das famílias de origem, alternando, por vezes, entre a casa dos pais de um e do outro membro do casal.

Muitos destes jovens assumem o desconforto que esta situação lhes causa, não só porque tal questiona a sua autonomia e privacidade, mas também porque pressentem que esta estadia sobrecarrega de alguma forma o orçamento familiar dos progenitores:

*“Já tive casa, carro, mota ... tudo! Tive de os vender para pagar as despesas em Espanha e agora conto com o apoio da minha mãe... Até para montar este pequeno negócio que agora tenho ela teve de entrar com o dinheiro. Sinto-me muito frustrado com isto... (Tiago, 35 anos, trabalhador por conta própria).*

*“Como não tenho emprego e para me sentir útil faço as limpezas em casa dos meus pais e eles dão-me um dinheirito..., mas percebo que para eles também não é fácil, está tudo cada vez mais caro (Jacinto, 27 anos, desocupado).*

Ainda que se perceba que para muitos destes jovens a estadia em casa dos pais seja o projeto mais realista e racional, no atual momento, percebe-se que a dificuldade de autonomização financeira, mesmo tendo trabalho, cria frustração ao nível das expectativas construídas e percebe-se aqui o impacto da precariedade na destruição de projetos de vida.

### ***“Recuso-me a pensar no futuro”: a instantaneidade como paradigma de ação***

No estudo de Ylijoki (2010), que temos vindo a citar, a autora delimitou um grupo de académicos que assume uma forte orientação para o presente e uma recusa em formalizar planos ou assumir as expectativas e aspirações inerentes à ação social. Por seu turno, Alves, Cantante, Baptista & Carmo (2011) também perceberam no seu estudo que muitos jovens equacionam o futuro como “cenário insondável, fluido” e têm dificuldade em o entrever (p. 106).

Também no caso dos jovens por nós entrevistados alguns assumem a recusa desta projeção, quer porque se manifestam assombrados por projetos passados que se revelaram inexecutáveis, quer porque as contingências tornam o futuro impossível de ser previsto:

*“Tinha tantos planos que saíram furados que agora me recuso a pensar no dia de amanhã...penso no de hoje e amanhã logo se vê... (Jacinto, 27 anos, desocupado);*

*“Como é que eu imagino o meu futuro daqui a 5 anos? Se quer que lhe diga isso nem me interessa... há de ser o que for, logo se vê! Vai-se fazendo o que aparece... (André, 25 anos “biscateiro”);*

*“Nunca faço planos a mais de um ano, como lhe disse. A minha vida é planeada ano a ano, contrato a contrato... (Rosa, 34 anos, professora do 1º ciclo),*

*“Cinco anos para os jovens de hoje é uma eternidade (risos). Tenho vistas mais curtas, penso projeto a projeto... (Beatriz, 28 anos, bolsista de investigação).*

Para estes jovens o futuro é indeterminável e, de alguma forma, nos seus discursos percebe-se a interiorização da lógica da flexibilidade e da instabilidade que caracteriza os atuais modelos de organização do trabalho. Para alguns, o tempo é percebido como não linear, fragmentado em diferentes momentos e episódios: o “antes e o depois” do “contrato” ou o “antes e depois” do “projeto”. Como refere Ylijoki (2010) nem sempre estes episódios têm necessariamente de ser coerentes entre si, nem emprestar coerência à vida profissional (visível no caso de André) pois esta depende de circunstâncias que podem estar “desconectadas” (Cook, 2015) entre si e daquilo que se virá a fazer no futuro.

Ou seja, na linha de Alves, Cantante, Baptista & Carmo (2011), também junto de alguns dos nossos jovens se tornou evidente que há uma “lógica de gestão do percurso laboral que é orientada para os desafios do

quotidiano” (p. 106), pois a projeção no futuro comporta enormes riscos (os emocionais incluídos) dado que ele escapa inteiramente ao controlo dos indivíduos.

## Notas conclusivas

A incerteza relativamente às trajetórias profissionais parece ser o que melhor caracteriza a situação dos jovens açorianos, decorrente da intermitência entre situações perante o emprego, num contexto de comprovada precariedade laboral. Percebemos o impacto desta nos processos de emancipação e autonomização juvenis, pela desconstrução da tradicional ordem instituída dos marcadores sociais que assinalam os processos de transição para a vida adulta.

A precariedade, e a imprevisibilidade e riscos inerentes, limitam as possibilidades atuais de escolha, mas restringem, indubitavelmente, as possibilidades de formalização de projetos de futuro. A insegurança laboral e a individualização das relações laborais, concomitante com as limitações dos modos de proteção social e familiar, questionam a própria segurança ontológica pois os indivíduos têm de “produzir, encenar e montar eles próprios as suas biografias” (Beck, 2000, 13) e arcar sozinhos com as consequências dessas escolhas. Esta dimensão subjetiva da precariedade, a instabilidade emocional que ela provoca, é uma pesada carga que perpassa, de forma explícita ou implícita, o discurso dos jovens entrevistados.

Não obstante as grandes tendências que apontam claramente no sentido da precarização das trajetórias laborais e do crescimento da incerteza, as análises estatísticas efetuadas comprovam uma forte segmentação interna no universo juvenil em análise, evidenciando-se, claramente, linhas fraturantes que diferenciam os jovens entre si. Desde logo, a questão da escolaridade parece ser determinante na construção das diferenças entre trajetórias e ajuda a compreender que os processos de destandardização dos percursos não são absolutos, demonstrando o peso das variáveis tradicionais de produção de desigualdades. A idade é outro fator a ter em conta, dado que os mais velhos tendem a ser um pouco menos afetados pela crise pois entraram no mercado de trabalho antes desta acontecer. Mas, mesmo para os mais velhos, a idade não é uma garantia absoluta de maior estabilidade no emprego, não só porque um número substancial dos jovens mais velhos tem estado sempre em situação de precariedade, mas ainda porque parte dos “instalados” perdeu o seu emprego no contexto da crise (re)ingressando no carrossel da precariedade.

## Referências

Alves, Nuno Almeida., Cantante, Frederico, Baptista, Inês & Carmo, Renato (2011). *Jovens em transições precárias: trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.

Beck, Ulrich (2000). “A reinvenção da política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In Ulrich Beck; Anthony Giddens & Scott Lash, *Modernização reflexiva* (pp. 1-51). Oeiras: Celta.

Carmo, Renato, Cantante, F. & Alves, Nuno Almeida (2014). Time projections: Youth and precarious employment, *Time & Society*, 23 (3) 337–357.

Cook, Julia (2015). Young people’s strategies for coping with parallel imaginings of the future, *Time & Society* 0 (0), 1–18.

Diogo, Fernando (2010). Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI, *Fórum Sociológico*, 20, 29-38.

Diogo, Fernando (2012). *Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos*. Lisboa: Estudos do Observatório das Desigualdades.

Dubet, François & Martuccelli, Danilo (1996). *A l’école. Sociologie de l’expérience scolaire*. Paris : Éditions du Seuil.

- Eckert, Henri & Mora, Virginie (2008). Formes temporelles de l'incertitude et sécurisation des trajectoires dans l'insertion professionnelle des jeunes, *Travail et Emploi*, 113, 31-46.
- Furlong, Andy, Cartmel, Fred & Biggart, Andy (2006) "Choice biographies" and transitional linearity: Re-conceptualising modern youth transitions, *Papers: Revista de Sociologia*, No. 79 pp.225-239.
- Furlong, Andy, Cartmel, Fred, Biggart, Andy, Sweeting, Helen, & West, Patrick (2003). *Youth transitions: patterns of vulnerability and processes of social inclusion*. Edinburgh: Scottish Executive Social Research.
- Gauthier, Madeleine (2011). La précarité au Québec : un concept parmi d'autres pour parler des jeunes, *SociologieS*, [En ligne], Débats La précarité. URL :<http://sociologies.revues.org/index3443.html>.
- Gazier, Bernard & Gautié, Jérôme (2009). "Transitional Labour Markets" approach: Theory, history and future research agenda. Paris: Documents de travail du Centre d'Economie de la Sorbonne
- Guerreiro, Maria das Dores, Cantante, Frederico, & Barroso, Margarida (2009). *Trajetórias Escolares e Profissionais de Jovens com Baixas Qualificações*. Lisboa: CIES-ISCTE.
- Guimarães, Nadya Araujo (2006). "Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais". In Ana Amélia Camarano (Org.). *Transição para vida adulta ou a vida adulta em transição* (p. 171-198). Rio de Janeiro: IPEA.
- Hardgrove, Abby, McDowell, Linda & Rootham, Esther (2015). Precarious lives, precarious labour: family support and young men's transitions to work in the UK, *Journal of Youth Studies*, 3, 1-20.
- MacDonald, Robert (2011). Youth transitions, unemployment and underemployment: Plus ça change, plus c'est la même chose?, *Journal of Sociology*, 47 (4), 427-444.
- Moreno Mínguez, Almudena (coord.) (2012). *The Transition to Adulthood in Spain Economic Crisis and Late Emancipation*. Barcelona: Fundación La Caixa.
- Pais, José Machado, Cairns, David, & Pappámikail, Lia (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade, *Tempo Social*, 17 (2), 109-140.
- Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando & Silva, Osvaldo (2015). Schooling and Professional Trajectories of Young People: A View from the European Periphery", *Eurasian Journal of Social Sciences* 3 (4), 1 - 9.
- Rebelo, Glória (2006). Alternativas à precariedade laboral: propostas para uma flexibilidade tendencialmente qualificante, *Separata da revista da Faculdade de Letras*, 16, 191-200.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993). "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português". In Boaventura de Sousa Santos (Org.). *Portugal: Um Retrato Singular* (pp. 17-56). Porto: Edições Afrontamento.
- Sennet, Richard (2001). *A corrosão de carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- Serracant, Pau (2012) Changing youth? Continuities and ruptures in transitions into adulthood among Catalan young people, *Journal of Youth Studies*, 15, 161-176.
- Serracant, Pau (2015). The Impact of the Economic Crisis on Youth Trajectories: A Case Study from Southern Europe, *Young* 23(1):39-58.
- Silva, Pedro Adão & Pereira, Mariana Trigo (2012). As políticas de proteção no desemprego em Portugal, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, 133-150.
- Standing, Guy (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.
- Trottier, Claude, Gauthier, Madeleine & Turcotte, Claire (2005). Typologie de jeunes ayant interrompu leurs études du point de vue de leur insertion professionnelle. *Interacções*, 1, 99-124.

Vincens, Jean (1997). L'insertion professionnelle des jeunes. À la recherche d'une définition conventionnelle, *Formation Emploi*, 60, 21-36.

Werquin, Patrick (1996). De l'école à l'emploi : les parcours précaires. In S. Paugam (Dir.), *L'exclusion, L'état des savoirs* (pp. 120-135). Paris : Éditions La Découverte.

Wuhl, Simon (1996). *Insertion : les politiques en crise*. Paris : PUF.

Ylijoki, Oili-Helena (2010). Future orientations in episodic labour: Short-term academics as a case in point, *Time & Society* 19 (3), 365–386.

---

<sup>1</sup> Os dados de fevereiro de 2016 continuam a evidenciar o fosso entre os países europeus: na Alemanha, a taxa de desemprego juvenil situa-se nos 6,9%, enquanto que em Portugal ronda os 30%, na Grécia situa-se nos 48,9%, na Itália nos 39,1% e a Espanha regista 45,9% (dados disponíveis em: <http://www.statista.com/statistics/266228/youth-unemployment-rate-in-eu-countries/>).

<sup>2</sup> Relatório disponível em [http://www.youthforum.org/assets/2014/06/0166-13\\_PP\\_Employment\\_Final1.pdf](http://www.youthforum.org/assets/2014/06/0166-13_PP_Employment_Final1.pdf).

<sup>3</sup> Como refere MacDonald (2011) muitos estudos realizados nos anos 80 reportam-se aos jovens como a “geração perdida” quando tornam central as estruturas das oportunidades de inserção profissional.

<sup>4</sup> Ao contrário de outros países, em Portugal a precariedade não é um fenómeno novo, dado que sempre existiu associada às categorias sociais mais desfavorecidas, independentemente da idade (Diogo, 2012).

<sup>5</sup> Relatório preparado pelo Grupo de Ação Interdepartamental da OIT sobre os países em crise para a Conferência de Alto Nível “Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal: que caminhos para o futuro?” (Lisboa, 4 de novembro de 2013). Disponível em [http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal\\_OIT\\_Relat\\_EnfrentarCriseEmprego\\_20131101.pdf](http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/versaofinal_OIT_Relat_EnfrentarCriseEmprego_20131101.pdf)

<sup>6</sup> Aqui não estão incluídos os trabalhadores da Administração Pública.

<sup>7</sup> Como sabemos, esta flexibilização refere-se à capacidade das unidades produtivas para variarem o número de trabalhadores em função das oscilações da procura, o que implica o recurso a trabalho temporário, à subcontratação, a trabalhadores independentes e também a uma redução do tempo de trabalho.

<sup>8</sup> Os protótipos foram selecionados mediante o método das k-médias a partir da Análise de Correspondências Múltiplas.

<sup>9</sup> Até ao momento foram realizadas apenas 8 entrevistas das 40 previstas, sendo que foram entrevistados 2 jovens em cada um dos *clusters* definidos. Os nomes utilizados no âmbito deste trabalho são, obviamente, fictícios.

<sup>10</sup> Mais especificamente os jovens inseridos no *cluster* 1 (*Precários em ocupações transicionais*), *cluster* 2 (*inserções estabilizadas*) e *cluster* 3 (*inserções precárias e vulneráveis*).